

## ÁREA 8: ECONOMÍA REGIONAL Y TERRITÓRIO

### Retroceso social en las regiones metropolitanas de São Paulo - Brasil

Hipólita Siqueira de Oliveira<sup>1</sup>  
Alexandre Gori Maia<sup>2</sup>  
Waldir José de Quadros<sup>3</sup>

#### RESUMEN

El objetivo de esta ponencia es analizar la evolución de la estructura socioeconómica en las tres regiones metropolitanas del Estado de São Paulo – Brasil entre los años de 1980-2000. Más específicamente, *i)* examinar las relaciones entre los impactos de la globalización y el agravamiento de las desigualdades sociales en el territorio que concentra el núcleo central de la acumulación del capital en Brasil; *ii)* el uso de una metodología innovadora para el análisis de las desigualdades sociales en regiones metropolitanas; *iii)* contribuir para el debate internacional acerca de la globalización y la permanencia de las heterogeneidades entre las clases sociales. La hipótesis central es que, al contrario de una polarización social, la principal transformación en la estructura socioeconómica de las metrópolis escogidas consiste en la rebaja de los niveles económicos en prácticamente todos los segmentos sociales.

**Palabras clave:** desigualdad social; regiones metropolitanas

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Economia Aplicada - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp), Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: [hipolita@eco.unicamp.br](mailto:hipolita@eco.unicamp.br)

<sup>2</sup> Doutorando em Economia Aplicada no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp) e Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) do IE-Unicamp. E-mail: [gori@eco.unicamp.br](mailto:gori@eco.unicamp.br)

<sup>3</sup> Professor Livre-Docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). E-mail: [waldir.quadros@campinas.sp.gov.br](mailto:waldir.quadros@campinas.sp.gov.br)

## **Regressão Social nas Regiões Metropolitanas de São Paulo – Brasil**

### **Introdução**

Os impactos mais importantes das mudanças socioeconômicas no capitalismo contemporâneo ocorrem nas configurações territoriais metropolitanas, pois estas, além de concentrarem grande parcela da população, também são espaços que concentram estruturas produtivas e sociais de elevada complexidade e diversificação. No atual contexto de intensificação da internacionalização do capital, de reestruturação produtiva e de limitada regulação público-estatal, as relações socioeconômicas de concorrência e de interdependência engendradas nestas áreas exacerbam as desigualdades sociais e espaciais presentes tanto em países desenvolvidos como em países subdesenvolvidos.

Grande parte dos estudos atribui à globalização um papel transformador nas dinâmicas regionais (econômicas, sociais, demográficas, políticas, etc.), nestes é ressaltada a importância das grandes metrópoles como lugares centrais do espaço de fluxos internacionais. No entanto, a polarização social e espacial surge como uma das principais consequências da internacionalização do capital e da substituição da indústria pelas atividades de serviços como motor do crescimento econômico.

A partir de uma revisão teórica sobre este tema, este artigo propõe uma análise de caráter exploratório sobre a evolução da estrutura socioeconômica de algumas metrópoles brasileiras. Mais especificamente, pretende-se analisar as transformações gerais ocorridas na estrutura socioeconômica das três regiões metropolitanas do Estado de São Paulo (São Paulo, Campinas e Baixada Santista), núcleo central da acumulação de capital do Brasil, durante 1980-2000, de maneira geral, período

caracterizado por reduzido crescimento econômico e perda da capacidade de financiamento e de investimento por parte do setor público. Também pretende-se fazer uso de uma metodologia inovadora para análise das desigualdades sociais nas áreas metropolitanas e contribuir para o debate internacional sobre globalização e permanência da heterogeneidade entre as classes sociais.

A hipótese central é a de que, ao contrário de polarização social, a principal transformação na estrutura social das metrópoles paulistas consiste no rebaixamento dos níveis econômicos em praticamente todos os segmentos sociais. Tal piora pode ser considerada como uma regressão social, cujas manifestações mais claras são o rebaixamento social da classe média e da massa de trabalhadores e o aumento da miséria metropolitana.

O artigo está dividido em 4 seções, além desta introdutória. Na primeira seção, é feita uma revisão teórica da literatura internacional sobre as tendências atuais das metrópoles. Na segunda, faz-se uma breve descrição das metrópoles escolhidas e de sua importância econômica no Estado de São Paulo e no Brasil. Na terceira, a partir da metodologia elaborada por QUADROS (2003) são investigadas as principais mudanças na estrutura socioeconômica das metrópoles paulistas. E, por último, na quarta seção estão as conclusões gerais do artigo.

### **A literatura internacional sobre as principais tendências metropolitanas**

Na literatura internacional das últimas décadas a tese de *cidade global* tornou-se dominante no que se refere ao estudo das dinâmicas metropolitanas. Dentre alguns dos principais autores, estão CASTELLS (1999) e SASSEN (1991, 1998, 2003). Estes enfatizam o fenômeno do declínio das atividades industriais e o aumento da

participação dos serviços na estrutura produtiva e do emprego das grandes metrópoles, com destaque para os serviços “avançados” (finanças, seguros, bens imobiliários, consultorias, serviços de assessoria jurídica, propaganda, projetos, marketing, relações públicas, segurança, coleta de informações e gerenciamento de sistemas de informação, P&D e inovação científica).

Segundo CASTELLS (1999), os serviços avançados são cruciais para a dinâmica de todos os demais setores (indústria, agricultura, energia e outros serviços). De modo geral, podem ser considerados como geração de conhecimento e fluxos de informação o que, por sua vez, é de extrema importância dado que a configuração econômica das regiões mais dinâmicas está relacionada a uma sociedade cada vez mais “informacional” e a “cidades informacionais” erigidas com base em “fluxos de capital, de informação, de tecnologia, de interação organizacional, de imagens, sons e símbolos” (CASTELLS,1999:436).

Ainda, tais serviços, tendo em vista o avanço das tecnologias informacionais, poderiam se localizar de forma dispersa em qualquer parte do mundo. No entanto, existe um padrão de localização destas atividades marcado simultaneamente pela dispersão e pela concentração. O *core* das atividades de serviços avançados está concentrado em alguns centros nodais mundiais, organizados hierarquicamente de acordo com as suas funções de poder e de qualificação. Estes espaços estão nas principais áreas metropolitanas dos países desenvolvidos, que são as denominadas cidades globais.

O referido autor afirma que outras áreas metropolitanas podem aderir a esta rede hierarquizada, na medida em que a globalização avança e incorpora novos mercados. Com isso, são formadas novas redes de serviços em cidades que anteriormente

estavam fora da hierarquia de cidades globais, como por exemplo, São Paulo, Buenos Aires, Taipei e Madri. Estas passam a ser consideradas como cidades globais de nível inferior. Porém, as posições na hierarquia não são estáveis, pois existe uma intensa concorrência entre estas cidades.

Apesar de o estudo de CASTELLS (1999) representar uma síntese da literatura dominante sobre as novas tendências regionais e urbanas, o modelo teórico de cidade global está mais detalhado no estudo de SASSEN (1998) que define as cidades globais como sendo

(...) os lugares-chaves para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais. (SASSEN, 1998:35).

Esta autora entende o crescimento dos serviços nas grandes cidades, dos anos 80 até os dias atuais, como efeito do aumento da intensidade destas atividades na organização de todas as indústrias. Mais especificamente, da expansão dos serviços às empresas (finanças e serviços avançados) que, por sua vez, são considerados como bens organizacionais de elevada importância para o processo de globalização. Este movimento teria gerado um “novo núcleo urbano” concentrador de tais atividades capaz de substituir o “velho núcleo urbano” liderado pela manufatura.

Tal movimento, por sua vez, teria como uma de suas conseqüências uma polarização econômica que se refere ao uso da terra, ao mercado de trabalho, à estrutura de consumo e do mercado imobiliário. No entanto, relativiza tal argumento afirmando que isto não significa o desaparecimento da classe média. Em sua análise sobre os Estados Unidos afirma que

“(…) embora os estratos médios ainda constituam a maioria, as condições que contribuíram para sua expansão e para seu poder político e econômico (...) foram postas de lado por novas fontes de crescimento.” (SASSEN, 1998:50).

Em contraposição às teses apresentadas acima, estudos como o de MATTOS (2002) apresentam abordagens mais complexas para o entendimento das dinâmicas das metrópoles. A sua principal crítica está relacionada ao argumento de que a globalização é a principal força de transformação nestas áreas. Neste sentido, descreve vários elementos que contradizem esta relação:

*“ (...) a) los principales cambios se deberían predominantemente a factores endógenos, específicos a estas formaciones metropolitanas, los que tendrían más fuerza transformadora que la globalización; b) gran parte de los cambios atribuidos a la globalización ya habían aparecido en pleno período fordista, mucho antes de que se hablase de este fenómeno, de modo que lo que se estaría observando ahora sería solamente la culminación de antiguas tendencias; y c) cada una de las grandes ciudades continúa manteniendo su identidad esencial, afectada sólo marginalmente por la globalización” (MATTOS, 2002:2).*

Este autor ressalta que a consideração destes elementos não exclui o fato de que a maior parte das grandes cidades sofre os efeitos da globalização. Uma análise com base nestes elementos leva à conclusão geral de que os espaços metropolitanos se transformam, porém preservam, em parte, seus principais traços estruturais, estabelecidos e consolidados ao longo de suas histórias específicas.

Do mesmo modo, PRETECEILLE (2000) discorda do argumento referente à tendência de polarização social associada diretamente aos impactos da globalização. Com base em pesquisas sobre a área metropolitana de Paris (*Île-de-France*), constatou não só aumento de categorias sociais de nível superior e regressão de categorias médias e operárias ligadas ao setor industrial, mas também, aumento moderado das

categorias médias e redução do proletariado ligados ao setor terciário. O que, segundo o autor

“(...) trata-se de uma **deformação progressiva** da estrutura social que se acentua em conformidade com a hierarquia social, em benefício das categorias médias e, sobretudo, superiores.” (PRETECEILLE, 2000:107).

Com inspiração nestes estudos que refutam as teses de cidade global e polarização social como principais determinantes da dinâmica das metrópoles, a reflexão crítica deste artigo propõe que estas configurações territoriais sejam avaliadas com base na hipótese de “regressão social”. O que, no caso de metrópoles de países subdesenvolvidos, as quais apresentam heterogeneidades sociais estruturais, consiste em fenômeno muito mais complexo do que o de polarização social. No caso brasileiro, isto pode ser observado pelo rebaixamento do nível de rendimentos das classes sociais nas metrópoles localizadas no núcleo central de acumulação de capital do País. Ao contrário das teses apresentadas acima, aqui são enfatizados os determinantes internos e, neste sentido, as dinâmicas econômica, social e política do País seriam os principais determinantes da regressão social e seus desdobramentos no que se refere à intensificação das desigualdades sociais metropolitanas.

Contudo, antes de chegar à análise da evolução da estrutura socioeconômica das metrópoles paulistas, é necessário fazer uma breve caracterização destas e de seu papel na divisão inter-regional do trabalho do Estado de São Paulo e do Brasil.

### **As metrópoles do núcleo central de acumulação de capital do Brasil**

O Estado de São Paulo, localizado na macrorregião Sudeste brasileira, concentra grande parte da produção e da renda nacional. Tal concentração tem suas raízes históricas nos desdobramentos do complexo cafeeiro nas primeiras décadas do

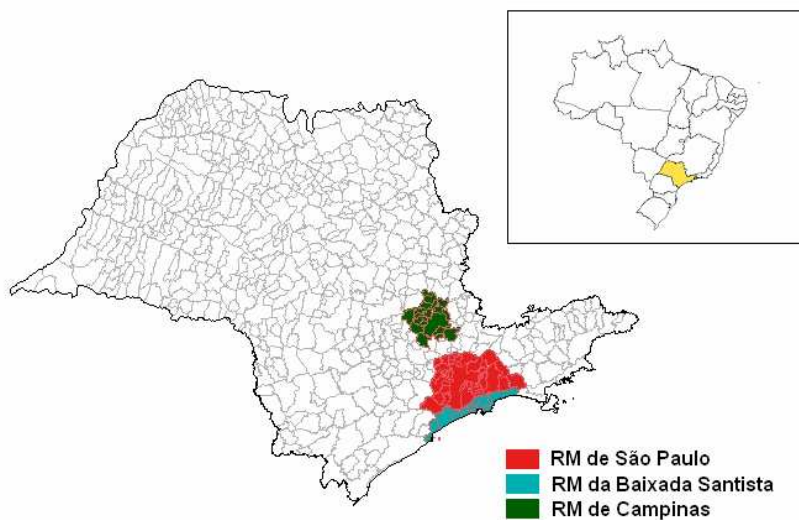
Século XX. Com a crise do café, a partir de 1930, iniciou-se um período de concentração da produção nacional neste Estado concomitantemente ao processo de industrialização do País, sobretudo na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Durante o período 1970-1985, a implementação de grandes projetos de investimento no âmbito de um planejamento de desenvolvimento regional que contemplou as regiões menos desenvolvidas do País deflagrou um movimento de desconcentração regional. Com isso, a participação da RMSP no produto nacional sofreu uma redução, mas, outras regiões do interior do Estado de São Paulo foram beneficiadas pelas políticas de exportação de *commodities* dos anos 1980 e por políticas estaduais dentro do movimento que ficou conhecido como de “interiorização do desenvolvimento paulista” (CANO, 1998).

Nos anos 1990, o Estado de São Paulo continuou perdendo participação no total da produção e da renda em relação às demais Unidades da Federação, mas manteve sua função de núcleo central da acumulação de capital (34% do PIB brasileiro em 2002). Nas suas três regiões metropolitanas (São Paulo-RMSP, Baixada Santista-RMBS e Campinas-RMC – **ver Fig. 1**) residem 12,8% da população total do Brasil e 58,6% da população do Estado de São Paulo. Sendo que, na RMSP estão 10,5% da população brasileira e 48,3% da população paulista (Censo Demográfico 2000, IBGE). Em conjunto as 3 metrópoles respondem por 22% do PIB total do País e por 63% do PIB do Estado de São Paulo. Do mesmo modo, este indicador também está concentrado na RMSP: 16,7% do PIB brasileiro e 47,6% do PIB paulista.

No que se refere ao mercado de trabalho brasileiro, estas três regiões metropolitanas paulistas também se destacam por abrigarem 31,8% do total das pessoas ocupadas nas regiões metropolitanas e 13,5% dos ocupados no Brasil.. Por

outro lado, aí estão presentes 17,7% dos desempregados do País (Censo Demográfico 2000, IBGE).

**Figura 1 – Localização espacial das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo**



Fonte: Divisão Territorial Brasileira de 2001 (IBGE) – Elaboração dos autores

A RMSP possui uma posição central e única na divisão inter-regional do trabalho brasileira: concentra os segmentos mais modernos e de maior valor agregado da estrutura produtiva nacional; é também o principal centro nacional dos setores financeiro e comercial. Por outro lado, concentra parcela significativa de pobreza e apresenta elevada desigualdade social, configurando um dos mercados de trabalho mais heterogêneos do País.

No que se refere às outras regiões metropolitanas, RMBS e RMC, estas possuem dinâmicas econômicas articuladas à RMSP. Não obstante, também cumprem algumas funções importantes e singulares na divisão inter-regional brasileira. Tais funções foram estabelecidas ao longo do processo de desconcentração regional entre 1970-1985 a

partir da RMSP descrito anteriormente. Entre elas, há marcantes especificidades nos respectivos papéis desempenhados nos contextos estadual e nacional. No caso da RMBS, esta se destaca por sua função de fornecedora de bens intermediários, ligados à indústria química, petroquímica e siderúrgica (pólo de Cubatão), atividades turísticas e de lazer balneário e serviços portuários (Porto de Santos). A RMC possui uma estrutura produtiva diversificada e integrada na qual estão presentes importantes complexos agroindustriais (cana-de-açúcar, carne e laranja) e industriais (metal-mecânica, material elétrico e de comunicações, química e têxtil). Nos últimos anos, atraiu investimentos nos setores de equipamentos de telecomunicações e de informática. O que, por sua vez, contribui para ser reforçado o seu papel de “pólo de alta tecnologia” e de localização de importantes centros universitários e de pesquisa.

Apesar disto, estas metrópoles também apresentam grandes desigualdades sociais, sendo que nas últimas décadas tem aumentado os seus níveis de pobreza, criminalidade e violência urbana. Ainda, estas regiões, sobretudo a RMC, atraem fluxos imigratórios relevantes em busca de melhores oportunidades de trabalho, melhores equipamentos médicos e educacionais, etc., o que contribui em grande medida para os problemas habitacionais característicos de grandes centros urbanos.

### **Regressão social nas metrópoles paulistas**

Para avaliar a evolução da estrutura socioeconômica das três regiões metropolitanas serão utilizadas informações da base de microdados do Censo Demográfico de 1980 e 2000. O Censo Demográfico é a mais importante pesquisa domiciliar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aplicada

decenalmente em praticamente todo o território nacional<sup>4</sup>. Conta atualmente com dois tipos principais de questionários: um básico, aplicado a 100% dos domicílios; e outro amostral, aplicado a 10% dos domicílios nos municípios com população superior a 15 mil habitantes, e a 25% dos domicílios nos demais municípios (IBGE, 2002).

A análise da hipótese de regressão social está baseada na metodologia de estratificação social proposta por QUADROS (2003). Tal metodologia parte do pressuposto que grupos sociais com estilos de vida relativamente homogêneos podem ser obtidos a partir da combinação entre a inserção dos integrantes familiares no mercado de trabalho (**classes ocupacionais**) e os rendimentos familiares *per capita* (**estratos sociais**).

A posição ocupacional do integrante familiar com o maior rendimento individual define a *classe ocupacional* da família, cuja definição é dada em termos de poder político, prestígio social e possibilidade de geração de renda das famílias. Esta estrutura de classes pode ser resumida em 8 grupos principais: **I)** Empregadores: integrantes de famílias de empreendedores, do setor agrícola ou não agrícola, que empregam ao menos um ocupado; **II)** Profissionais: integrantes de famílias associadas a profissões típicas de classe média, onde predominam atividades relacionadas ao comércio, escritório e prestação de serviços; **III)** Massa trabalhadora não agrícola: são os operários do capitalismo moderno, onde predominam ocupações do tipo popular, entre elas, domésticas, zeladores, construção civil e garçons; e trabalhadores da indústria; **IV)** Trabalhadores não remunerados não agrícolas: dependentes do trabalho

---

<sup>4</sup> São considerados todos os domicílios brasileiros, com exceção daqueles pertencentes a algumas raras tribos indígenas arredias ao contato do homem *branco*, conservando seus hábitos primitivos de existência.

não remunerado como ajuda a membro da unidade domiciliar, a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, como aprendiz ou estagiário, ou em construção para o próprio uso; **V)** Trabalhadores agrícolas: integrantes de famílias cuja melhor posição está relacionada ao ramo da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca, piscicultura ou outros serviços auxiliares deste ramo; **VI)** Não remunerados agrícolas: dependentes do trabalho não remunerado em atividade relacionada ao ramo agrícola, ou produção para o próprio consumo; **VII)** Sem ocupação com renda: integrantes de famílias dependentes de um membro sem ocupação na semana mas com rendimento proveniente de fonte não relacionada ao trabalho; **VIII)** Sem ocupação sem renda integrantes de famílias sem qualquer fonte regular de rendimento.

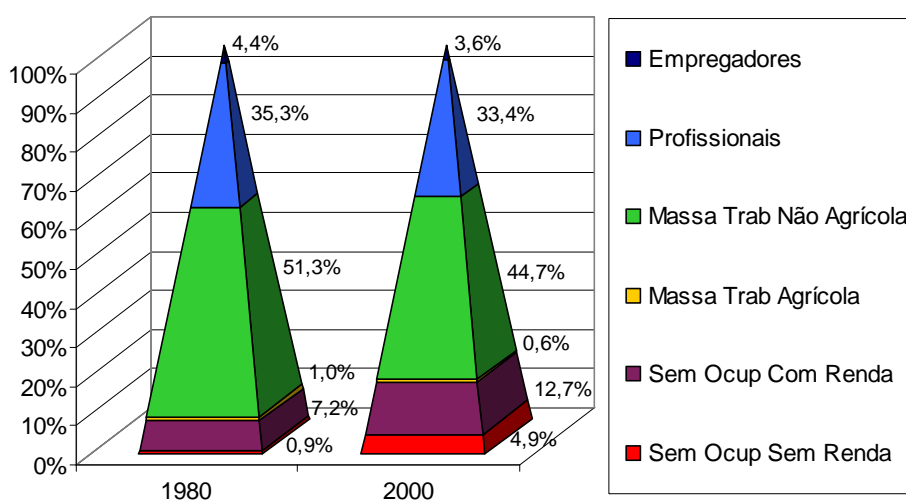
A partir daí é possível ter uma idéia inicial da pirâmide social analisando os padrões sociais de cada classe ocupacional. Como propõe MILLS (1979), no ponto mais alto se encontram os empregadores de altos negócios, seguidos pelos pequenos negociantes, profissionais do tipo liberal e assalariados do demiurgo administrativo em geral. No nível mais baixo está a mão de obra não-especializada, não agrícola e agrícola. As categorias de trabalho não remunerado surgem na base da pirâmide social e representam a parcela de excluídos da sociedade.

A **Figura 2** sintetiza uma primeira aproximação da hierarquia da estrutura sócio-ocupacional das três metrópoles paulistas sob a forma de uma pirâmide social, apresentando a porcentagem da população em cada classe para os anos de 1980 e 2000. As classes dos trabalhadores não remunerados agrícolas e não agrícolas foram excluídas da análise por causa de sua inexpressiva participação na população total.

A evolução das classes ocupacionais no conjunto das três metrópoles paulistas oferece uma primeira idéia do processo que pode ser chamado de *regressão social*. As

classes ocupacionais que cresceram foram a dos **sem ocupação com renda** (de 7,2% para 12,7%) e a dos **sem ocupação sem renda** (de 0,9% para 4,9%). Todas as demais classes perderam participação e os mais afetados foram os integrantes da **massa trabalhadora não agrícola**, que reduziram em cerca de 6% sua participação na estrutura sócio-ocupacional (de 51,3% para 44,7%).

**Figura 2 – Porcentagem da população segundo classes ocupacionais – Regiões Metropolitanas Paulistas 2000**



Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000 (IBGE) – Elaboração dos autores

Embora a classe formada pelas pessoas de famílias **sem ocupação com renda** esteja graficamente representada como pertencente à base da pirâmide social, é importante destacar que esta é uma classe extremamente heterogênea e representa mais um conjunto disperso de pequenos grupos do que uma categoria social única. Estes não são como os profissionais ou trabalhadores, que podem ser considerados agrupamentos sociais, cada um, com oportunidades relativamente semelhantes de geração de renda, prestígio e poder político. Os aposentados, responsáveis por parcela majoritária desta classe, não possuem uma origem comum, tampouco o mesmo destino social. Como as chances de vida de um aposentado e sua família dependem, além da

posse ou não de propriedade e o acesso a uma série de direitos sociais, da ocupação em que se aposentou, o ideal seria sua classificação segundo sua antiga posição ocupacional. Entretanto, como as pesquisas domiciliares do IBGE ainda não permitem a identificação da posição ocupacional dos aposentados, estes acabaram sendo classificados como **sem ocupação com renda**.

Enquanto os esforços mais recentes do Governo Federal estão centrados na redução da pobreza em pequenas comunidades rurais, é preocupante constatar que 5% da população que vive nas metrópoles localizadas no núcleo central de acumulação de capital do Brasil sobrevive na mais absoluta miséria, sem qualquer tipo de rendimento regular. Já o crescimento e a expressiva participação dos **sem ocupação com renda** em 2000 pode ser justificado por dois motivos principais: *i)* o envelhecimento da população brasileira aumenta a parcela de inativos dependentes de rendimentos de aposentadoria e pensão; *ii)* o aumento da pobreza da população economicamente ativa aumenta a dependência familiar de rendimentos oriundos de fontes não relacionadas ao trabalho, em especial da aposentadoria e pensão. De acordo com estudo de DEDECCA, BALLINI & MAIA (2006), o rendimento das fontes de aposentadoria e pensão representava cerca de 70% do rendimento total das famílias com aposentados pertencentes ao quarto mais pobre da população em 2004.

Na **Tabela 1** pode-se observar a distribuição das classes ocupacionais nas três metrópoles bem como suas principais mudanças entre o período analisado. Assim como observado anteriormente, as únicas classes que aumentam suas participações são os sem ocupação com renda e sem ocupação sem renda. A exceção é a RMC, onde há um crescimento bem pequeno do percentual dos profissionais (de 29,6% para 30,3%).

A participação dos **sem ocupação com renda** é maior na RMBS (18%) e menor na RMSP (12%). Uma das explicações para a elevada participação desta classe na RMBS está relacionada ao processo de envelhecimento pelo qual passou esta região. Nas últimas décadas, tendo em vista a sua proximidade à RMSP e a sua função de balneário, tornou-se importante local de moradia da população de aposentados.

Com relação aos **ocupados sem renda**, a menor participação foi observada na RMC (3,6%) e a maior na RMBS (5,2%). Entretanto, chama atenção o fato de esta classe ter aumentado sua participação de 0,9% para 5% entre 1980-2000 na RMSP, o que pode ser considerado um importante sinal da deterioração social.

**Tabela 1 - Estrutura de classes das Regiões Metropolitanas paulistas – 1980 e 2000**

Região Metropolitana	Classe Ocupacional	1980		2000	
		N Pessoas	%	N Pessoas	%
<b>São Paulo</b>	Empregadores	541.120	4,3	625.143	3,5
	Profissionais	4.518.001	35,9	6.061.915	33,9
	Massa Trab Não Agríc	6.361.881	50,5	7.892.614	44,1
	Massa Trab Agrícola	76.519	0,6	65.511	0,4
	Sem Ocup Com Renda	865.608	6,9	2.160.416	12,1
	Sem Ocup Sem Renda	109.561	0,9	886.612	5,0
	<b>Total</b>	<b>12.591.432</b>	<b>100,0</b>	<b>17.879.997</b>	<b>100,0</b>
<b>Baixada Santista</b>	Empregadores	41.665	4,4	51.841	3,5
	Profissionais	280.850	29,8	420.510	28,5
	Massa Trab Não Agríc	482.367	51,2	637.275	43,2
	Massa Trab Agrícola	9.071	1,0	10.929	0,7
	Sem Ocup Com Renda	105.594	11,2	266.868	18,1
	Sem Ocup Sem Renda	10.345	1,1	76.301	5,2
	<b>Total</b>	<b>942.832</b>	<b>100,0</b>	<b>1.476.820</b>	<b>100,0</b>
<b>Campinas</b>	Empregadores	59.670	4,7	94.364	4,0
	Profissionais	378.487	29,6	708.573	30,3
	Massa Trab Não Agríc	681.207	53,4	1.081.112	46,2
	Massa Trab Agrícola	60.915	4,8	46.307	2,0
	Sem Ocup Com Renda	80.557	6,3	300.649	12,9
	Sem Ocup Sem Renda	8.913	0,7	85.092	3,6
	<b>Total</b>	<b>1.276.801</b>	<b>100,0</b>	<b>2.338.148</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Microdados do Censo Demográfico (IBGE) – elaboração dos autores

Embora as classes ocupacionais sejam um importante indicador do estilo de vida das pessoas, não podem ser desconsideradas algumas significativas distinções no nível de bem-estar das famílias que surgem dentro de cada um destes grupos sociais. Esta desigualdade é ainda mais acentuada pelo fato de se tratar de uma sociedade notadamente heterogênea como a brasileira na qual, mesmo em grupos sociais com oportunidades relativamente homogêneas, é comum encontrar significativas distorções distributivas. E, como afirma ROCHA (2002:1)

*“(...) apesar dos conhecidos problemas conceituais e metodológicos a serem necessariamente enfrentados quando se trata de mensurar a renda, ela é reconhecidamente*

a melhor proxy de bem-estar, pelo menos no que diz respeito àquele que deriva do consumo no âmbito privado". (ROCHA, 2002:1).

A classificação interna das classes ocupacionais por faixas de renda cumpriria, desta forma, um importante papel de distinção do nível de bem-estar de um mesmo grupo social. Assim, cada uma das 8 principais classes ocupacionais foi desagregada em 5 *estratos sociais* definidos pelo rendimento familiar per capita, em Reais de janeiro de 2005: 1) Superior (acima de R\$ 1.250); 2) Médio (entre R\$ 500 a R\$ 1.250); 3) Baixo (entre R\$ 250 a R\$ 500); 4) Inferior (entre R\$ 125 a R\$ 250); 5) Ínfimo (abaixo de R\$ 125).

Os três primeiros estratos sociais (superior, médio e baixo) representam padrões de vida típicos de uma classe média brasileira, sendo que os dois últimos estágios econômicos (inferior e ínfimo) estariam muito próximos aos padrões de pobreza e miséria absoluta nos grandes centros metropolitanos brasileiros<sup>5</sup>. Para simplificar o processo de análise, os integrantes dos estratos superior, médio e baixo serão também denominados *classificados*, enquanto que os integrantes dos estratos inferior e ínfimo serão denominados *desclassificados*.

A **Tabela 2** apresenta a *estrutura social* das Regiões Metropolitanas paulistas, combinando as classes ocupacionais e os estratos sociais da população. Considerando as cinco mais expressivas classes ocupacionais das populações metropolitanas (empregadores, profissionais, massa trabalhadora não agrícola, sem ocupação com renda e sem ocupação sem renda), constatou-se que houve um processo de

---

<sup>5</sup> Embora a linha de pobreza definida pelo Banco Mundial em um dólar por dia corresponda, aproximadamente, a um rendimento per capita de R\$ 75,00 deve-se também considerar os elevados custos e padrões sociais dos grandes centros metropolitanos.

rebaixamento social, representado pelo aumento da participação de desclassificados entre os **profissionais, trabalhadores não agrícolas** (classe de maior participação na estrutura sócio-ocupacional - **Fig. 2**) e **sem ocupação com renda** (classe de maior crescimento na estrutura sócio-ocupacional – **Fig. 2**), além do expressivo aumento da população **sem ocupação sem renda**. Houve, de maneira geral, um crescimento de 10% da participação de pobres e miseráveis nos estratos inferior e ínfimo.

**Tabela 2 - Estrutura social da população das Regiões Metropolitanas paulistas - 2000**

Classe Ocupacional	Estrato Social	1980		2000	
		N Pessoas	%	N Pessoas	%
Empregadores	Classificados	617.951	96,2	749.904	97,2
	Desclassificados	24.188	3,8	21.443	2,8
	<b>Total</b>	<b>642.455</b>	<b>100,0</b>	<b>771.347</b>	<b>100,0</b>
Profissionais	Classificados	4.492.580	86,8	5.865.930	81,6
	Desclassificados	678.515	13,1	1.325.069	18,4
	<b>Total</b>	<b>5.177.338</b>	<b>100,0</b>	<b>7.190.999</b>	<b>100,0</b>
Massa Trabalhadora Não Agrícola	Classificados	4.649.962	61,8	5.019.063	52,2
	Desclassificados	2.871.270	38,2	4.591.937	47,8
	<b>Total</b>	<b>7.525.455</b>	<b>100,0</b>	<b>9.611.000</b>	<b>100,0</b>
Não Remunerados Não Agrícola	Classificados	2.389	35,0	8.167	39,6
	Desclassificados	4.432	65,0	12.462	60,4
	<b>Total</b>	<b>6.821</b>	<b>100,0</b>	<b>20.629</b>	<b>100,0</b>
Massa Trabalhadora Agrícola	Classificados	52.513	35,8	44.931	36,6
	Desclassificados	93.947	64,1	77.816	63,4
	<b>Total</b>	<b>146.505</b>	<b>100,0</b>	<b>122.747</b>	<b>100,0</b>
Não Remunerados Agrícolas	Classificados	147	15,0	2.379	26,6
	Desclassificados	836	85,0	6.555	73,4
	<b>Total</b>	<b>983</b>	<b>100,0</b>	<b>8.934</b>	<b>100,0</b>
Sem Ocupação Com Renda	Classificados	719.585	68,4	1.666.738	61,1
	Desclassificados	330.311	31,4	1.061.195	38,9
	<b>Total</b>	<b>1.051.759</b>	<b>100,0</b>	<b>2.727.933</b>	<b>100,0</b>
Sem Ocupação Sem Renda		117.985	100,0	1.048.005	100,0
<b>Total</b>	Superior	1.736.711	11,7	2.822.032	13,0
	Médio	2.756.381	18,6	3.475.434	16,0
	Baixo	6.092.934	41,1	7.208.182	33,2
	Inferior	3.002.525	20,3	4.515.457	20,8
	Ínfimo	1.146.651	7,7	3.673.859	16,9
	<b>Total</b>	<b>14.811.065</b>	<b>100,0</b>	<b>21.694.965</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000 (IBGE) – Elaboração dos autores

Na comparação entre as três regiões metropolitanas, o processo de rebaixamento social foi mais intenso na RMSP, onde houve um significativo deslocamento das populações com padrão de vida médio e baixo para os níveis de pobreza e, sobretudo de miséria (**Tabela 3**). Considerando a população desta região em 2000, significa que 1,9 milhões de pessoas foram rebaixadas para os níveis inferior e ínfimo (11% da população).

Com quase a mesma intensidade ocorreu o rebaixamento social na RMBS, onde também houve importante aumento da participação dos estratos inferior e ínfimo que, em valores absolutos, representavam 135 mil pessoas deslocadas dos estratos médio e baixo (9% da população).

Na RMC, o aumento do percentual das pessoas no nível superior foi maior do que o das outras regiões (de 9% para 12%) e houve um crescimento de apenas 1% na participação dos desclassificados. Um dos fatores explicativos para o maior crescimento do nível superior seria a presença nesta região de importantes instituições de pesquisa e ensino o que, por sua vez, contribuiu para a presença de uma classe social com melhores níveis de renda. Ademais, tendo em vista a proximidade da RMSP e a facilidade de acesso dada pela existência de boas rodovias, a RMC atrai fluxos consideráveis de migração pendular de executivos, empresários, etc. que escolhem cidades desta última como local de moradia. Mas, por outro lado, também houve um ligeiro aumento de pessoas nos estratos de nível médio e aumento do percentual de pessoas no nível ínfimo.

Em resumo, o pequeno aumento do percentual de pessoas no nível superior no conjunto das 3 regiões foi mais que compensado pelo aumento do percentual de

pessoas no nível ínfimo. Neste caso, a distribuição é marcada por uma tendência que se acentua muito mais para baixo do que para cima, representando, de modo generalizado, um rebaixamento social nas 3 metrópoles. Ainda, é preciso ressaltar que nas três regiões analisadas os estratos médio e baixo ainda representam cerca de metade da população na RMSP e na RMBS e mais da metade da população na RMC.

**Tabela 3 - Porcentagem da população segundo Regiões Metropolitanas paulistas e estratos sociais - 2000**

Região Metropolitana	Estrato Social	1980		2000	
		N Pessoas	%	N Pessoas	%
<b>São Paulo</b>	Superior	1.525.036	12,1	2.374.090	13,3
	Médio	2.382.166	18,9	2.839.187	15,9
	Baixo	5.181.611	41,2	5.855.183	32,7
	Inferior	2.494.705	19,8	3.720.740	20,8
	Ínfimo	946.621	7,5	3.090.797	17,3
	<b>Total</b>	<b>12.591.432</b>	<b>100,0</b>	<b>17.879.997</b>	<b>100,0</b>
<b>Baixada Santista</b>	Superior	97.398	10,3	164.278	11,1
	Médio	179.351	19,0	243.368	16,5
	Baixo	369.497	39,2	487.343	33,0
	Inferior	202.135	21,4	313.654	21,2
	Ínfimo	83.320	8,8	268.176	18,2
	<b>Total</b>	<b>942.832</b>	<b>100,0</b>	<b>1.476.820</b>	<b>100,0</b>
<b>Campinas</b>	Superior	114.277	9,0	283.663	12,1
	Médio	194.864	15,3	392.880	16,8
	Baixo	541.826	42,4	865.656	37,0
	Inferior	305.685	23,9	481.063	20,6
	Ínfimo	116.710	9,1	314.885	13,5
	<b>Total</b>	<b>1.276.801</b>	<b>100,0</b>	<b>2.338.148</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000 (IBGE) – Elaboração dos autores

Além da tendência da concentração da população no interior dos estratos da estrutura social, a análise da distribuição de renda também aponta para o aumento da desigualdade social nestas metrópoles. Se, passados 20 anos de estagnação e crise, a parcela de excluídos no conjunto das metrópoles aumentou e a renda *per capita* permaneceu praticamente constante, a conclusão que se pode chegar é no aumento da desigualdade distributiva. Uma maneira simples de constatar como a renda gerada por

uma população se distribui entre os segmentos populacionais é calculando uma razão simples entre a porcentagem da renda acumulada (*% Rnd*) e a porcentagem da população total (*% Pop*), para se chegar ao aqui denominado *Índice de Concentração (IC)*.

Na **Tabela 4** pode-se verificar que a pequena parcela da classe média superior representava, em 2000, apenas 13% da população, mas concentrava mais da metade da renda gerada no conjunto das 3 metrópoles. Em outras palavras, o IC deste segmento indica que a renda apropriada por este estrato era 4,2 vezes superior à sua participação na população total, valor maior que o observado em 1980 (3,8).

O mesmo processo de concentração de renda se constata analisando separadamente as Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista. Já na Região Metropolitana de Campinas houve, entre 1980 e 2000, uma pequena redução da concentração de renda entre os estratos sociais, no entanto apresentou o maior *IC* das três regiões analisadas.

**Tabela 4 - Distribuição de renda da população das Regiões Metropolitanas paulistas segundo estratos sociais - 2000**

Região Metropolitana	Estrato Social	1980				2000			
		Rnd P Cap	% Pop	% Rnd	IC	Rnd P Cap	% Pop	% Rnd	IC
São Paulo	Superior	4.560,4	12,1	45,8	3,8	4.443,7	13,3	55,5	4,2
	Médio	1.517,9	18,9	23,6	1,2	1.391,5	15,9	19,2	1,2
	Baixo	859,2	41,2	24,2	0,6	777,1	32,7	18,4	0,6
	Inferior	580,6	19,8	5,4	0,3	504,2	20,8	5,4	0,3
	Ínfimo	385,9	7,5	0,9	0,1	330,2	17,3	1,4	0,1
	<b>Total</b>	<b>1.528,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1.535,6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1,0</b>
Baixada Santista	Superior	3.972,2	10,3	39,0	3,8	3.832,0	11,1	47,1	4,2
	Médio	1.591,8	19,0	27,0	1,4	1.359,1	16,5	23,2	1,4
	Baixo	897,9	39,2	26,1	0,7	756,8	33,0	21,6	0,7
	Inferior	562,7	21,4	6,6	0,3	487,2	21,2	6,5	0,3
	Ínfimo	385,3	8,8	1,2	0,1	301,0	18,2	1,7	0,1
	<b>Total</b>	<b>1.412,8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1.302,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1,0</b>
Campinas	Superior	4.447,3	9,0	44,8	5,0	4.162,8	12,1	54,4	4,5
	Médio	1.584,5	15,3	23,8	1,6	1.376,4	16,8	19,7	1,2
	Baixo	795,8	42,4	24,7	0,6	741,6	37,0	19,0	0,5
	Inferior	517,5	23,9	5,7	0,2	476,8	20,6	5,5	0,3
	Ínfimo	345,6	9,1	0,9	0,1	317,1	13,5	1,4	0,1
	<b>Total</b>	<b>1.497,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1.500,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1,0</b>
Total	Superior	4.520,0	11,7	44,8	3,8	4.379,9	13,0	54,4	4,2
	Médio	1.527,1	18,6	23,8	1,3	1.387,5	16,0	19,7	1,2
	Baixo	855,5	41,1	24,7	0,6	771,2	33,2	19,0	0,6
	Inferior	572,3	20,3	5,7	0,3	499,9	20,8	5,5	0,3
	Ínfimo	381,1	7,7	0,9	0,1	326,7	16,9	1,4	0,1
	<b>Total</b>	<b>1.497,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1.500,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1,0</b>

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000 (IBGE) – Elaboração dos autores

## Conclusões

A metodologia de estratificação social proposta por QUADROS (2003) permitiu identificar um importante processo de rebaixamento social nas três metrópoles paulistas. Entre as classes ocupacionais mais expressivas da população, apenas os empregadores conseguiram manter os padrões de bem-estar após 20 anos de

estagnação e crise na economia brasileira. Houve, entre profissionais, massa trabalhadora agrícola, massa trabalhadora não agrícola e sem ocupação com renda, um generalizado processo de desclassificação social, com aumento na participação dos estratos inferior e ínfimo da população. Este processo foi ainda mais intenso nas regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista. No entanto, a região metropolitana de Campinas, apesar de apresentar algumas diferentes tendências em relação às outras duas regiões, também aumentou a participação do nível de miséria e pobreza em sua estrutura social.

Em contraposição às tendências de polarização social ressaltadas pela literatura internacional, observou-se neste artigo que, a principal movimento no que se refere à distribuição das classes na estrutura social é de uma tendência que se acentua muito mais para baixo do que para cima, representando, de modo generalizado, uma **regressão social** nas metrópoles do principal núcleo de acumulação do Brasil. Ou ainda, no termos de PRETECEILLE (2000), de uma **deformação social**.

Ressalta-se aqui a gravidade deste movimento que ocorre num contexto de adoção de políticas neoliberais, reduzido crescimento econômico, elevadas taxas de juros, desregulamentação do mercado de trabalho e redução da capacidade de financiamento e investimento do setor público. Por outro lado, destaca-se também a inocuidade de políticas sócio-espaciais focalizadas que, em grande medida, derivam de perspectivas baseadas nos novos modelos teóricos regionais como o de cidade global, diante de um processo marcado por amplo rebaixamento de classes sociais.

## **Referencias Bibliográficas**

CANO, W. (1998): Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930-1995, Editora do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas.

DEDECCA, C. S.; BALLINI, R.; MAIA, A. G. (2006): Sobre a contribuição da aposentadoria para a distribuição de renda, Campinas, (no publicado).

IBGE (2002): **CENSO DEMOGRÁFICO 2000 – Documentação dos microdados da amostra**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, RJ.

MATTOS, C. A. (2002): “Transformación de las ciudades latinoamericanas”. In: *Revista Eure*, Santiago, 28 (85).

MILLS, W. (1979). **A nova classe média**, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

PRETECEILLE, E. (2000): “Divisão social e desigualdades: transformações recentes da metrópole parisiense”. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org) **O futuro das metrópoles**, Revan, Rio de Janeiro.

QUADROS, W. (2003): **Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa**, Tese de Livre-Docência, Editora do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas. (no publicado).

ROCHA, S. (2002): “A investigação do rendimento na PNAD – comentários e sugestões à pesquisa nos anos 2000”. In: *Texto para Discussão*, 899, IPEA, Rio de Janeiro.